

J. Chasin e a via colonial de objetivação do capitalismo: uma reflexão marxista sobre nossa formação sócio-histórica¹

J. Chasin and the colonial path of capitalism: a Marxist reflection on our socio-historical formation

Vânia Noeli Ferreira de Assunção*

Resumo: Apresentam-se nesse texto os principais lineamentos da via colonial de objetivação do capitalismo, tal como elaborados pelo filósofo paulistano J. Chasin. Expomos, assim, as principais determinações que Chasin encontrou nessa forma específica de objetivação capitalista, como seu caráter autocrático, incompleto e excludente, a subordinação ao capital estrangeiro e o que o autor qualificou de encerramento deste caminho histórico, bem como os dilemas postos às esquerdas nesse quadro.

Palavras-chave: Via colonial; formação sócio-histórica brasileira; J. Chasin (1937-1998); bonapartismo; autocracia.

Abstract: This text presents the main outlines of the colonial path of capitalism, as elaborated by the philosopher from São Paulo J. Chasin. We expose the main determinations that Chasin found in this specific form of capitalism, such as its autocratic, incomplete and exclusionary character, the subordination to foreign capital and what the author called the closure of this historical path, as well as the dilemmas posed to the left in this context.

Keywords: Colonial path; Brazilian socio-historical formation; J. Chasin (1937-1998); Bonapartism; autocracy.

Aqui, tudo parece que é ainda construção

E já é ruína

Caetano Veloso, sobre Claude Lévi-Strauss

O paulistano J. Chasin (1937-98) foi um filósofo e professor universitário marxista. Pesquisador do tema da marxologia, da politicidade e da ontologia, comparece nesta coletânea pela sua elaboração da noção de *via colonial de entificação do capitalismo*, apresentada em artigos publicados dos anos 1970 aos 1990 e

¹ Resultante de curso oferecido pelo canal no YouTube do Grupo de Estudos Marxistas da UFF – Rio das Ostras durante o período da pandemia, este texto foi publicado originalmente na coletânea *Pensando o Brasil* (ASSUNÇÃO; MELO; JIMENEZ, 2023). A autora agradece imensamente a Ângela Maria Sousa e Ester Vaisman pelos argutos comentários a versões anteriores deste texto.

* Professora da Universidade Federal Fluminense (UFF – Rio das Ostras) e coeditora da Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas. E-mail: vanianoeli@uol.com.br. Orcid: 0000-0003-4119-9987.

posteriormente coligidos no livro *A miséria brasileira (1964-1989)*: do golpe militar à crise social, lançado após seu falecimento precoce. Infelizmente muito pouco conhecido no Brasil do século XXI, o autor em pauta é um pensador fundamental para a compreensão deste país.

Chasin dedica sua vida a duas tarefas complementares, indissociáveis e retroalimentadas: a redescoberta de Marx – em particular, a recuperação do estatuto ontológico da sua obra e a determinação ontonegativa da politicidade (cf. CHASIN, 2000a) – e a compreensão da particularidade da entificação capitalista no Brasil. Neste texto, trataremos apenas do último tema, ou seja, nosso objetivo é expor as suas principais descobertas sobre a formação social brasileira. Tal será feito de forma introdutória, mas completa, permitindo ao leitor ter uma visão geral da reflexão chasiniana sobre a matéria.

Assinale-se que, bem distante de resultar de uma mera curiosidade enciclopédica, a aproximação chasiniana do tema da via colonial deveu-se a embates prático-teóricos efetivos, no interior dos quais se fazia necessária análise e tomada de posição em face de cenários específicos. Desta maneira, o assunto é tratado em variados textos, escritos no decorrer de aproximadamente 30 anos e nos quais houve níveis de aproximação diferentes e significativas mutações do próprio objeto, a realidade brasileira. Sem acompanhar em detalhe as mudanças socioeconômicas e o amadurecimento teórico de Chasin no trato do assunto, optamos aqui pela exposição apenas dos principais momentos relativos ao tema em tela, tomando como ponto de partida seu momento mais desenvolvido.

Chasin, inspirando-se em Marx, busca entender o caminho específico pelo qual o capitalismo se objetivou no Brasil, concluindo que este tinha sido diferente daquele dos países ditos clássicos (a exemplo de França e Inglaterra) e dos chamados países retardatários (como Alemanha e Itália, de via prussiana), dessemelhanças que obrigavam à destilação de uma nova categoria: a *via colonial de entificação do capitalismo*, assunto deste texto.

Antes, porém, de adentrar no tema propriamente dito, apresentamos ao leitor alguns momentos importantes da vida de Chasin. Em seguida, introduzimos o assunto com um brevíssimo apontamento preliminar acerca da questão das formas de objetivação do capitalismo e da relação entre universal e particular. Por fim, nos tópicos seguintes discutimos aspectos da via colonial (que são inextricáveis, separados aqui apenas para fins didáticos): a industrialização e a constituição de um capital

atrófico, as formas de dominação burguesa, a incompletude das classes e as dificuldades da esquerda e, por fim, o encerramento da via colonial no processo de globalização.

1. J. Chasin: momentos biográficos de uma trajetória ímpar

A formação universitária de José Chasin (nascido em São Paulo, no dia 6 de janeiro de 1937) se iniciou em 1959, quando ingressou no curso de filosofia da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, onde foi aluno de professores como João Cruz Costa, José Arthur Giannotti, Gilles-Gaston Granger e Michel Debrun. Ali, teve uma inserção no Partido Comunista (PCB), ainda que pontuada por divergências, e participou do movimento estudantil, inclusive tornando-se vice-presidente da Campanha pela Defesa da Escola Pública (presidida por Florestan Fernandes), enquanto representante da União Nacional dos Estudantes (UNE). Pouco antes de concluir a graduação, em 1962, aos 25 anos, coordenou uma pesquisa acerca do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas ocorrido em Belo Horizonte (1961). Neste período, Chasin estava próximo de Caio Prado Jr., que o influenciou decisivamente na compreensão da formação sócio-histórica brasileira.

Chasin se tornou professor na Escola de Sociologia e Política de São Paulo em 1972. Por esse período, tomando como inspiração *A destruição da razão* de G. Lukács, passou a estudar um dos fenômenos ideológicos típicos do Brasil, o integralismo. Numa pesquisa que rastreou e fez a *análise imanente* de toda a obra do líder integralista Plínio Salgado, incluindo a literária e os discursos políticos, o filósofo paulistano buscou compreender *a gênese, a determinação e a função sociais* do pensamento pliniano no Brasil dos anos 1930. Neste trabalho ele se afastava da análise tradicional, que tomava (com base em semelhanças no plano da aparência) o integralismo por uma mera cópia do fascismo europeu, demonstrando que não só o discurso integralista pliniano tinha características completamente diferentes daquelas do nazi-fascista como as suas raízes sociais eram totalmente díspares. A ausência do elemento racial e o distanciamento da agressividade conquistadora imperialista – substituída pela *regressividade* a um passado idílico e por uma postura *anticapitalista romântica* típicas de um país colonizado e com forte presença da grande propriedade rural – eram duas das maiores diferenças entre o ideário do líder integralista e o nazi-fascista. A tese *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio* (1999), orientada por Mauricio Tragtenberg (um amigo leal

durante toda a vida de Chasin), foi defendida em 1977 na Escola de Sociologia e Política. A banca julgadora, da qual participou Antonio Candido, reconheceu o rigor e o brilhantismo do trabalho.

Após um autoexílio de quase dois anos em Moçambique, aonde foi por ser então sua única oportunidade de trabalho, em 1980 Chasin se tornou professor na recém-fundada Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Ali, foi presidente da Associação dos Docentes (Adufpb) e membro do comando nacional da greve de 1980, a primeira grande greve das instituições federais de ensino superior. Contribuiu para a estruturação na região Nordeste da Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas (Seaf), entidade que era um importante fórum de debates à época. Também participou, em 1983, em Diamantina, da criação da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (Anpof), de cuja diretoria foi membro duas vezes.

No final dos anos 1980, já trabalhando na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), criou o grupo de pesquisa *Marxologia: Filosofia e Estudos Confluentes* e veio a orientar pesquisas sobre a formação e o amadurecimento do pensamento marxiano, num projeto coletivo de grande envergadura.

A busca de estudar e compreender a realidade brasileira e o marxismo o levou à editoria diversas vezes durante sua vida. Ele acreditava que o desenvolvimento de pesquisas rigorosas e a sua divulgação deveriam ser feitas simultaneamente e por canais próprios. Daí que tenha criado, juntamente com seu irmão, a editora Senzala², que acabou falindo em 1968. Em 1977, junto com Nelson Werneck Sodré e outros teóricos significativos, fundou a revista *Temas de Ciências Humanas*.

Já em 1984 veio à luz a Ensaio, um movimento de ideias articulado em três fundamentos: a produção teórica rigorosa, com a recusa e a crítica das objetivações materiais e espirituais do capital, do *marxismo vulgar* e da nova esquerda; a divulgação do resultado das pesquisas; e a orientação teórico-prática *metapolítica*, que tomava como norte a *emancipação revolucionária do gênero humano* (e poderia, futuramente, dar origem a um agrupamento partidário). O coletivo de pesquisas, a editora³ e a *Revista Ensaio* eram, assim, elementos de um mesmo projeto, em prol da compreensão

² Por esta editora foram publicados *Marxismo ou existencialismo* (1967), de G. Lukács, *Navalha na carne* (1967), de Plínio Marcos, e *Hai-kais* (1968), de Millôr Fernandes, entre outros títulos.

³ A Ensaio publicou obras de István Mészáros (*Filosofia, ideologia e ciência social, O poder da ideologia* e outros); Ernest Mandel (*A crise do capital*), Victor Serge (*O ano I da Revolução Russa*), Heinrich Mann (*A juventude do rei Henrique IV*) e Goethe (*Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*), entre muitos outros.

rigorosa e da transformação radical da realidade. Nesse período, articulou-se em torno de Chasin um grupo de pesquisas de fôlego sobre o movimento operário-sindical e sobre vertentes do pensamento conservador aqui existente (em particular, os que foram elaborados durante a última ditadura), o que contribuiria para a compreensão da formação sócio-histórica brasileira, bem como sobre o legado ontológico de Marx

Em 1997, depois da inviabilização da Editora Ensaio, Chasin criou a Estudos e Edições Ad Hominem e a revista *Ensaíos Ad Hominem*, às quais se dedicava quando faleceu precocemente, em 31 de dezembro 1998, em Belo Horizonte, vítima de um ataque cardíaco.

2. A relação das sociedades locais com o sistema capitalista global⁴

Argumentando que o reconhecimento e o estudo das formas particulares de objetivação do capitalismo estiveram presentes em Marx da juventude às últimas obras, Chasin, em sua busca de desvendar o Brasil, faz um movimento de retorno ao filósofo alemão. Para este, em sua época, nos países europeus e nos por estes colonizados, a sociedade era capitalista, em estágios mais ou menos desenvolvidos, conforme uma série de processualidades históricas; e o estado, embora mudasse de fronteira para fronteira, era sempre determinado pela sociedade civil. De forma que “a *sociedade* pode se apresentar *mais* ou *menos* desenvolvida do ponto de vista capitalista, *mais* ou *menos* expurgada de elementos pré-capitalistas, *mais* ou *menos* modificada pelo processo histórico particular de cada país” (CHASIN, 2000, p. 38). Fundamenta, assim, a ideia de que não há um só caminho de efetivação do capitalismo, de que este modo de produção não é um estêncil do qual se faz uma nova cópia numa folha em branco, idêntica ou com apenas pequenas alterações, mas é “uma totalidade *anatomicamente* ordenada e em processo, apta e obrigada a colher o particular concreto” (CHASIN, 2000, p. 38). Dessa maneira, “há modos e estágios de ser, no ser e no ir sendo capitalismo, que não desmentem a universalidade de sua *anatomia*, mas que a realizam através de objetivações específicas” (CHASIN, 2000, p. 13).

Ele também critica duramente as tentativas marxistas de apreensão da especificidade do capitalismo brasileiro até então existentes – que ora generalizavam acriticamente as características universais do capitalismo aqui como alhures, ora

⁴ Dado o caráter introdutório deste texto, não nos deteremos nos fundamentos filosóficos do debate sobre a relação universal, particular e singular, senão que apenas abordaremos os elementos estritamente necessários para a compreensão do tema que nos propusemos a expor (cf. CHASIN, 2021).

superevidenciavam as singularidades, negligenciando os liames com a universalidade. Afasta-se, por isso, dessas interpretações, nas quais “a relação entre universal e singular (...) se mostra[va] como uma relação entre categorias exteriores uma à outra”, que confundiam singularidade concreta com dado empírico, não compreendiam o que é o universal concreto e desprezavam os caracteres ontológicos – por desconhcerem a categoria da particularidade, que faz a mediação real entre universal e singular (CHASIN, 2000, p. 12-3).

O autor em pauta desenvolve, a partir de Marx, a ideia de que o capital industrial era até então a forma matrizadora do regime capitalista, era o motor das transformações nas sociedades havia mais de 150 anos e o seu domínio é que instaurava o “verdadeiro capitalismo”. As vias de objetivação do capitalismo são justamente formas específicas pelas quais este se pôs, alavancado pelo processo de industrialização. De maneira que se atingem os nódulos centrais de cada formação social capitalista quando se analisa como se deu seu processo de industrialização, ou seja, seu ritmo e intensidade ao longo do tempo, seus vínculos com outras esferas da produção da vida e o modo como procederam os diferentes agentes sociais diante de tais demandas. Enfim, trata-se de avaliar o modo e a cadência do desenvolvimento das forças produtivas a partir do momento em que emerge o capital em sua forma “verdadeira”, a industrial.

Apenas para ilustrar aqui o mais fundamental da questão (cujo aprofundamento, embora necessário, ultrapassa os objetivos deste texto), lembremos as muitas comparações feitas por Marx no tocante à história de países como Inglaterra, França e Estados Unidos, de um lado, e a alemã, de outro. Nos primeiros, países que percorreram a via clássica⁵ ao capitalismo, a burguesia assumira o papel de representante dos interesses universais das classes subjugadas sob o feudalismo e realizara uma revolução, e seu triunfo significara não a vitória de uma classe específica sobre o antigo sistema político, mas a instituição de todo um *novo sistema social*. A

⁵ Conforme Chasin, tais caminhos são clássicos “porque mais *coerentes, mais congruentes ou consentâneos*, no plano da sua própria totalidade, enquanto totalidade capitalista, na qual as diversas *partes* fundamentais imbricam entre si e em relação ao todo de forma mais amplamente orgânica” (CHASIN, 2000, p. 43). Por isso, em suas obras econômicas Marx se ocupou mais detalhadamente da forma de objetivação do capitalismo que se pode denominar clássica – muito especialmente, a do capitalismo inglês –, tendo em vista o desenvolvimento normal do capitalismo que ocorreu ali, quer dizer, no qual não houve obstáculos ou impedimentos postos externamente e que o tivessem impedido ou deturpado. A classicidade de uma fase de desenvolvimento se refere, pois, a que tal transcurso tenha se dado de forma mais pura e nítida, sem que houvesse a contaminação por elementos a ele estranhos, o que possibilita levar a configuração de tais processos e das suas relações a sua máxima potência.

burguesia efetivara suas tarefas históricas ainda nos séculos XVII (Inglaterra) e XVIII (França), com a realização concreta de uma economia e uma sociedade capitalistas, mutuamente articuladas, organicamente estruturadas em sua interdeterminação e na integralidade de sua condição (CHASIN, 2000, p. 216), estabelecendo sua dominação econômica e política “na identidade formal da soberania popular” (CHASIN, 2000, p. 158).

Coisa distinta ocorreu em países retardatários, como Alemanha, Itália e Japão, típicos da *via prussiana*. Chasin toma por base principalmente a análise feita por Marx do seu país natal, a Alemanha, cujos dilemas o filósofo de Trier sintetizou na expressão *miséria alemã*. Aborda, dessa maneira, o atraso do processo histórico alemão (sua industrialização se iniciou já em meados do século XIX e só se acelerou com a unificação, em 1871), a ausência de revoluções e, portanto, o seu caráter conciliador com a antiga ordem, engendrando uma situação que era a combinação de novos e velhos males, de regressão e desenvolvimento. Chasin recorre também aos estudos acerca da via prussiana feitos por Engels, que salientava como a burguesia prussiana se impôs sem um processo revolucionário, tendo renunciado ao poder político, estabelecendo-se por meio de concessões e acordos com as classes representantes da antiga ordem e excluindo as grandes massas, dominadas pela força. Ainda assim, foi capaz de dar acabamento às suas tarefas econômicas, completando a industrialização, com uma importante indústria de base. Em suma, a “burguesia prussiana é antidemocrática, porém autônoma”, quer dizer, “realiza um caminho econômico autônomo, centrado e dinamizado pelos seus próprios interesses” (CHASIN, 2000, p. 104). Nosso autor remete, ainda, a Lênin no que diz respeito às diferentes formas de resolução da questão agrária, para comentar a manutenção da grande propriedade rural alemã na transição para o capitalismo. E sintetiza os principais caracteres da *via prussiana*, segundo os autores clássicos: desenvolvimento do capitalismo de forma tardia, lenta, resistente ao progresso e conciliada entre os representantes da sociedade nascente e os daquela em desaparecimento, portanto, na ausência de uma ruptura revolucionária que incluísse as categorias sociais subalternas, de maneira que a sociedade sofreu formas de dominação heteróclitas, que combinavam iniquidades de várias formas de estado.

Chasin, como outros autores, chama a atenção para as similitudes de tais caracteres com o caso brasileiro. Assim, “no afã de tracejar um *contorno interpretativo geral* do caso brasileiro”, afirma, “é precisamente enquanto *modo particular de se*

constituir e ser capitalismo que o caminho prussiano tem para nós importância teórica básica” (CHASIN, 2000, p. 15). Nunca, entretanto, como modelo, mas como uma via histórica concreta de objetivação do capitalismo, como a nossa, contrastante com a clássica. Quais eram as determinações mais gerais que aproximavam as duas formas não clássicas de objetivação do capitalismo mencionadas?

(...) tanto no Brasil quanto na Alemanha, a grande propriedade rural é presença decisiva; de igual modo, o “reformismo pelo alto” caracterizou os processos de *modernização* de ambos, impondo-se, desde logo, uma solução conciliadora no plano político imediato, que exclui as rupturas superadoras, nas quais as classes subordinadas influiriam, fazendo valer seu peso específico, o que abriria a possibilidade de *alterações* mais harmônicas entre as distintas *partes* do social. Também nos dois casos o desenvolvimento das forças produtivas é mais lento e a implantação e progressão da indústria, isto é, do “verdadeiro capitalismo”, como distinguia Marx, do modo de produção especificamente capitalista, é retardatária, *tardia*, sofrendo obstaculizações e refreamentos decorrentes da resistência de forças contrárias e adversas (CHASIN, 2000, p. 15-6).

Temos, pois, que há importantes traços comuns entre as formações sócio-históricas que objetivaram o capitalismo pela via prussiana e o Brasil. É, contudo, pela via do contraponto que Chasin avança na reflexão sobre o caso brasileiro. Isso porque, inobstante os avizinhamentos entre os dois caminhos, havia dessemelhanças que os distanciavam radicalmente. De fato, as características apontadas como análogas referem-se a *abstrações razoáveis*, que nos aproximam dos objetos de estudo, destacando e fixando elementos comuns, mas não esgotam o seu entendimento. Isto porque estes são “um conjunto complexo, um conjunto de determinações diferentes e divergentes”, “síntese de várias determinações”, tornando-se decisivo para sua apreensão conhecer a forma como se singularizam em formações específicas.

Nesse mister, Chasin frisa as grandes distinções entre os casos prussiano e brasileiro – tão grandes que mais os distanciam dos casos clássicos do que os aproximam entre si. Assim, a gênese da grande propriedade mencionada é totalmente distinta (na Alemanha, o latifúndio feudal; no Brasil, a empresa colonial, numa economia mercantil). Bem assim, se ambos passaram a trilhar o caminho da industrialização tardiamente em comparação aos países clássicos, a industrialização germânica ocorreu ainda no século XIX, foi rápida e completa, alçando o país ao panteão imperialista; em *Terra Brasilis*, por sua vez, a industrialização ocorreu tardiamente em relação à própria Alemanha, já num contexto de guerras imperialistas (a partir de 1930). E a burguesia prussiana manteve-se autônoma neste processo, bem

ao contrário do que ocorreu no caso brasileiro. De sorte que, insiste Chasin, não há justificativa possível para equiparar a situação de países como Alemanha, Itália e Japão – “*elos débeis da cadeia imperialista*, portanto fenômenos do capitalismo altamente avançado, entidades da *fase superior* do capitalismo” – à do Brasil na mesma quadra histórica, momento crucial do seu processo de industrialização, quando era *objeto* da disputa interimperialista (CHASIN, 2000, p. 58).

Continuando a comparação entre Brasil e Alemanha, no caminho para o progresso histórico-social, palmilhado por ambos de forma irregular, intermitente e lenta, carregam os dois um pesado encargo, contudo, essa herança do passado era bastante distinta. E não se tratava de um mero atraso cronológico, que poderia ser superado com o tempo, antes ao contrário, em tal situação, o retardamento histórico significava estar em outro patamar histórico:

Enquanto a *industrialização tardia* se efetiva num quadro histórico em que o proletariado já travou suas primeiras batalhas teóricas e práticas, e a estruturação dos impérios coloniais já se configurou, a *industrialização hiper-tardia* se realiza já no quadro da acumulação monopolista avançada, no tempo em que guerras imperialistas já foram travadas, e numa configuração mundial em que a perspectiva do trabalho já se materializou na ocupação do poder de estado⁶ em parcela das unidades nacionais que compõem o conjunto internacional. Ainda mais, a industrialização *tardia*, apesar de retardatária, é autônoma, enquanto a *hiper-tardia*, além de seu atraso no tempo, dando-se em países de extração colonial, é realizada sem que estes tenham deixado de ser subordinados das economias centrais. (CHASIN, 2000, p. 34)

Híper-retardatário, o capitalismo brasileiro, na sua forma propriamente industrial, tornou-se realidade em circunstâncias históricas nas quais as lutas de classes já estavam bem avançadas não só em relação às dos países clássicos, mas inclusive comparativamente àquelas que ocorreram no momento da industrialização dos países de via prussiana. Diferentemente da alemã, tardia mas completa, a industrialização brasileira nunca se completou, o que teve repercussões amplas e determinou que o capital aqui presente não tenha se posto em sua figura integral e organicamente articulada em seus diversos elementos. Ademais, as classes dominantes brasileiras nunca romperam sua subordinação aos centros hegemônicos,

⁶ Trata-se, aqui, de uma situação em que o poder de estado foi reivindicado em nome da classe operária, mas que acabou sendo voltado contra ela. Ainda jovem, Chasin já é crítico do stalinismo. Depois atesta o fracasso das transições tentadas no Leste Europeu e congêneres, embora tenha tido graus diversos de amadurecimento em relação ao tema, ao tempo que reafirma até o fim da vida a necessidade histórica e a possibilidade objetiva da revolução social, em prol da emancipação humana (cf. CHASIN, 2017).

diferentemente de sua congênere alemã.

Chasin frisa, dessa forma, a necessidade de compreender a especificidade da objetivação do capitalismo nos países subordinados. Em seus termos:

Na medida em que um país de economia subordinada não é distinto dos países subordinantes simplesmente em grau; na medida em que sua estrutura e seu processo histórico são de natureza apropriada e decorrente à sua condição de subordinado, seus fenômenos particulares não podem ser simplesmente igualizados aos fenômenos de aspecto semelhante que se verificam nos países dominantes. (CHASIN, 1977a, p. 134)

Dessa maneira, em face das abissais discrepâncias entre os países de via prussiana e o Brasil, ressalta Chasin, é forçoso reconhecer não uma, mas ao menos duas formas particulares não-clássicas de objetivação do capitalismo, a via prussiana e aquela percorrida pelo Brasil, que ele denomina *via* ou *caminho colonial*. Nesta expressão – que combina a dimensão histórico-genética (relativa às origens da formação social brasileira) e as interdeterminações categoriais –, o adjetivo “colonial” diz respeito à subordinação estrutural, e não à política ou cultural. Chasin destaca, ainda, que, tal como cunhada, ou seja, como particularidade da objetivação do capitalismo – quer dizer, enquanto mediação objetiva entre a universalidade do capitalismo e sua efetivação singular –, a via colonial segue o oposto da “‘criação’ de novos universais, tal como se dá quando, a *colonial*, se antepõe *modo de produção*” (CHASIN, 2000, p. 17).

Por fim, observa, *identidade nacional* é algo distinto de aspectos pitorescos no campo cultural ou social, está associada à “equação relativa à produção e reprodução das categorias sociais que a integram” (CHASIN, 2000, p. 220-1). Para compreender a identidade nacional brasileira, vamos, então, perscrutar a produção e reprodução social efetivada em seu seio.

3. Contradições, intermitências e incompletude da objetivação do capitalismo industrial no Brasil⁷

A industrialização brasileira foi um processo que teve vários adventos e surtos desde o século XIX, os quais inicialmente não prosperaram, depararam-se com diversos óbices e foram objeto de desacordos e oposições. Ademais de hiper-tardia, a

⁷ Neste item, esperamos desfazer confusões e restabelecer a especificidade do pensamento chasiniano em relação a outros autores que trataram do tema da formação nacional, indo, portanto, em direção diferente daquela que tomamos em texto anterior (“Constituição do capitalismo industrial no Brasil: a via colonial”, publicado em 2002).

entificação do capital industrial no Brasil “atravessou toda a primeira metade deste século [XX] em tentativas e contramarchas” e permaneceu incompleta (CHASIN, 2000, p. 34). Tais dificuldades deitam raízes na configuração econômica existente no país, de caráter agroexportador.

Recorrendo a Francisco de Oliveira e Caio Prado Jr., Chasin explica que o Brasil havia se especializado na produção de algumas poucas mercadorias agrárias, e dentre estas daquelas exportáveis, cujo valor se realizava externamente. Aprofundando-se essa opção, com base na falácia da “vocalização agrária” do país, gerou-se um círculo vicioso, segundo o qual a realização do valor na economia agroexportadora dependia do financiamento externo, e este implicava a manutenção da mesma forma de produção do valor, agroexportadora. Era necessária a reiteração do círculo vicioso da intermediação comercial e financeira externa para que o processo pudesse ter continuidade, implicando, por exemplo, a desatenção ao mercado interno. O que foi levado a tal ponto que as exigências desse mecanismo passaram a corroer todo o valor produzido pelo sistema agroexportador, consumido no processo de intermediação comercial e financeira estrangeira, porquanto, na distribuição do mais-valor entre *lucros internos* e *lucros e juros externos*, estes últimos foram largamente favorecidos (CHASIN, 2000, p. 56).

Gastava-se, nesse mister, a maior parte do excedente social produzido pela totalidade do sistema econômico, na medida em que se transferiam recursos e rendas dos demais setores econômicos para o agroexportador. De maneira que os princípios da economia agroexportadora a inviabilizavam e, concomitantemente, bloqueavam o avanço da divisão do trabalho na direção do capitalismo industrial e, por conseguinte, o desenvolvimento das forças produtivas. Em síntese, a economia agroexportadora estava estruturada em prol dos interesses das burguesias subordinantes e direcionada para o exterior, de maneira que não houve uma acumulação interna revertida para a consubstanciação das bases necessárias à industrialização. Assim, as duas fases, a do auge e a da inviabilização da economia agroexportadora, significaram um bloqueio ao avanço do capitalismo industrial no Brasil, num quadro de subordinação ao imperialismo, mormente o inglês.

O grande período de expansão da ordem agroexportadora havia sido subitamente interrompido e descambado em crise acelerada a partir de 1930. Apenas nesse contexto de auge e crise subsequente da economia agroexportadora (e do desequilíbrio crônico das contas externas do país) é que se tornaram necessárias

atividades econômicas alternativas, uma das quais veio a ser a indústria (CHASIN, 2000, p. 56-7). Ou seja, o fim da hegemonia agroexportadora só veio a se pôr no horizonte na terceira década do século XX, quando se deu início definitivo à (várias vezes tentada) industrialização, e nos anos 1950, à predominância da estrutura produtiva urbano-industrial. Trata-se, pois, de um processo ultrarretardatário mesmo com relação aos países de capitalismo tardio, que naquela quadra já estavam envolvidos em contendas imperialistas. O Brasil, que ainda estava em estágio incipiente no tocante ao modo de produção estritamente capitalista, fazia parte justamente do território em disputa.

A modernização da economia brasileira – antes agroexportadora, agora industrial – não alterou, entretanto, a lógica da produção determinada pelo exterior, a associação subordinada da burguesia nacional à estrangeira e a produção para um mercado interno restrito, com base na superexploração do trabalho. Exemplifique-se com o (mal) chamado “milagre econômico”, um “surto” econômico de crescimento dos que (como as ditaduras), longe de serem excepcionais, “fazem parte, lamentavelmente, do que há de mais característico, profundo e dominante da nossa formação histórica” (CHASIN, 2000, p. 59). Centrado na produção de produtos para exportação e/ou consumo das classes médias urbanas, em condições de carência de bases internas que lhe permitissem crescer autonomamente, implicou “concomitante, irreversível e determinadamente” a importação dos bens de produção e outros não produzidos internamente (CHASIN, 2000, p. 65). De fato, aduz Chasin, com uma boa dose de ironia, a formação e estrutura coloniais do país foram conservadas sob diferentes formas, com maior ou menor grau de complexificação, desde o “milagre” da exploração açucareira colonial, passando pelo da mineração, do café e, finalmente, o “milagre” da industrialização de 1968-73, o mais curto de todos, que alcançou muito rapidamente a inviabilização com os próprios pressupostos (CHASIN, 2000, p. 60).

A via colonial de objetivação do capitalismo é marcada, antes de tudo o mais, pelo “estabelecimento da existência societária do capital sem interveniência de processo revolucionário constituinte”, característica que “é responsável por traços fundamentais do *modo de ser e de se mover* da formação nacional” (CHASIN, 2000, p. 220). “Toda revolução para ele é temível, toda transformação uma ameaça, até mesmo aquelas que foram próprias de seu gênero.” (CHASIN, 2000, p. 169) Sem a organicidade proporcionada por um processo revolucionário, o que constituiu o Brasil foi uma unidade territorial e linguística cuja subsunção formal ao capital se deu por

meio de uma sociedade escravista, radicalmente excludente e exploradora, inorgânica, desagregada, sem identidade econômica ou cultural, a que unia apenas uma ilusória autonomia política. Inserida nos processos de universalização do capital, foi experimentando o cosmopolitismo ao tempo que se mantinha provinciana, subnacional.

Saliente-se, em acréscimo, a essência parasitária do capital atuante no país, “um aventureiro que abomina riscos e nunca os assume, e se acredita sempre no direito de ser financiado”, “sempre disposto (...) a se apropriar dos lucros e a impor a *socialização* dos prejuízos” (CHASIN, 2000, p. 170). Consoante tal inclinação íntima, este capital atribuiu frequentemente ao estado a realização dos pressupostos ao capitalismo, adquirindo o péssimo sestro de transferir para o estado os investimentos mais pesados e as atividades que não gerassem lucro líquido e certo num prazo relativamente curto, incluindo aí a indústria de base. As burguesias que se objetivaram pela *via colonial*, acomodadas à mesquinhez de sua situação, não realizaram as tarefas econômicas que as burguesias clássicas e prussianas levaram a cabo. Foi, pois, o estado que aqui atuou para firmar os fundamentos de uma economia capitalista, socializando eventuais prejuízos e privatizando lucros.

Chasin adita um importantíssimo elemento, lembrado por Florestan Fernandes: na periferia, a acumulação se dá pela articulação da sucção da riqueza e dos recursos naturais e humanos ali existentes – levada a efeito por mecanismos complexos e estrategicamente localizados nos setores e estruturas mais avançados e produtivos – com a institucionalização de taxas de mais-valor altíssimas. Estas são necessárias porque o excedente econômico passa por uma apropriação dual, qual seja, precisa abastecer simultaneamente as burguesias externa e interna – sendo que para esta última resta uma parcela muito menor do espólio. De maneira que o ônus da acumulação de capital é carregado pelos países periféricos, enquanto os efeitos multiplicadores são absorvidos pelas economias centrais (CHASIN, 2000, p. 167). Entretanto, longe de se revoltar com tal situação, amplas frações burguesas do capital atrofico perceberam a própria fraqueza e subsumiram conscientemente ao estrangeiro, aceitando seu papel de sócio menor.

No Brasil, de fato, a burguesia nasceu e cresceu à sombra de suas congêneres metropolitanas e “não é capaz de perspectivar, efetivamente, sua autonomia econômica, ou o faz de um modo demasiado débil”, é “incapaz, por iniciativa e força próprias, de romper com a sua subordinação ao imperialismo” (CHASIN, 2000, p. 103-

4). Em suma, a incompletude do capital perfaz também a tibieza conata das categorias sociais que engendra, a qual se manifesta especialmente – mas não se limita a ela – na burguesia, “classe que em seu bojo supostamente deveria ocupar o espaço hegemônico” (CHASIN, 2000, p. 34).

Nesse cenário, em que “a evolução nacional é reflexa, desprovida verdadeiramente de um centro organizador próprio”, está implicada a “própria excludência do progresso social” (CHASIN, 2000, p. 221). De fato, dinâmica a ponto de estar entre as maiores economias do mundo – o que é antes um “índice da pobreza da maioria das nações” –, a economia brasileira também é campeã em miséria social (CHASIN, 2000, p. 167). Aqui, as categorias sociais não foram organicamente inseridas num projeto de integração nacional proveniente do capital, pelo contrário, a própria constituição deste implicava a exclusão de vastos contingentes populacionais. Sua própria compleição levava o capital atrofico ao pagamento de salários abaixo do seu valor histórico, à superexploração do trabalho que acarretava o pauperismo generalizado. Em outros termos, a exclusão social, que se ampliava na mesma medida em que a economia se tornava mais moderna e complexa (já que esta atualizava as mesmas características essenciais enquanto crescia e se complexificava), era consequência inevitável desse mecanismo. Os assim chamados excluídos são, portanto, produto genuíno da produção brasileira, do capital atrofico, “que reitera de modo particularmente *agigantado* a lógica intrínseca de todo capital: a produção em paralelo de imensa riqueza e de imensa miséria” (CHASIN, 2000, p. 166).

Sintetizando em poucas palavras, “à *via colonial* de efetivação do capitalismo é inerente o estrangulamento da potência autorreprodutiva do capital, a limitação acentuada da sua capacidade de reordenação social e a redução drástica da sua força civilizatória”, mantendo em *irresolução crônica* “as questões mais elementares, a contradição estrutural entre o capital e o trabalho” (CHASIN, 2000, p. 221). Muitos dos que se debruçaram sobre a extrema desigualdade social brasileira deixam de apreendê-la como resultante da prática fundante da superexploração do trabalho e propuseram como solução mecanismos distributivos, desconsiderando a inter-relação dialética entre produção, distribuição, circulação e consumo (que tem na produção seu momento preponderante). A reprodução ampliada da miséria brasileira é, porém, resultante da forma como a produção se organiza e é esta que precisa ser desmontada (CHASIN, 2000, p. 174).

A subordinação, a exclusão social (e a autocracia, como veremos) não eram,

portanto, superficiais e externos, mas efetivamente *formas de existência* típicas do capital aqui constituído – que Chasin designou, a certa altura de suas pesquisas, de *atrófico*, justamente por essa sua má formação congênita, cujos caracteres sintetizou assim:

na particularidade a que pertence o caso brasileiro, acumulação moderna e dinâmica e pauperismo estrutural ou superexploração do trabalho perfazem os membros contraditórios de uma mesma equação unitária do capital. Amálgama que reproduz, com toda sorte de tensões e desequilíbrios, junto com a modernização e o pauperismo, a subordinação estrutural do “hospedeiro”, e nesta a figura da incompletude de classe do capital que o caracteriza, a saber, sua fraqueza econômica (e política) relativa e sua falta de autonomia, sem as quais a associação desigual seria impossível (CHASIN, 2000, p. 167).

Este conjunto de mazelas “é o território precípua de nossas categorias dominantes”, “não abstraídas suas equações modernizadoras e nem mesmo seus eventuais e pretensos arroubos menos acanhados” (CHASIN, 2000, p. 160). Não se tratava, dessa forma, simplesmente de modernizar a economia e a sociedade brasileiras para que se alçassem a novo patamar, num percurso que teria sido outrora percorrido pelos países centrais e no decorrer do qual seriam corrigidas as suas piores mazelas. Chasin frisa que o capital atrofico era estruturalmente *incompleto* e *incompletável* e que, pela sua forma de existir e de se mover, reiterava permanentemente sua condição de subalternidade no seu processo de constituição e modernização – que se tornava “imediatamente reafirmação de sua incontemporaneidade”, isto é, “*modernização sem ruptura é meramente a reciclagem do arcaico*” (CHASIN, 2000, p. 214).

Do exposto, resta evidenciado que à incompletude de classe de nossos proprietários estão emaranhadas sua subordinação às burguesias estrangeiras, seu conagraçamento com os capitais mais atrasados, sua incapacidade de cumprir suas tarefas históricas – já que promoveu a transferência das propriamente econômicas para o estado, enquanto deixou irrealizadas as políticas, como se abordará no próximo item.

4. Autocracia e bonapartismo: formas de dominação burguesa na via colonial

Vimos que o traço mais marcante da sociabilidade forjada pelo capital no Brasil, que objetivou hiper-retardatariamente a configuração social capitalista em sua fase industrial (que exige e impulsiona o desenvolvimento de todo um conjunto orgânico aqui nunca plenamente posto), é a inexistência de um processo revolucionário. A

burguesia colonial abandonou qualquer veleidade revolucionária, que implicaria ampliar os processos decisórios pela participação popular e, igualmente, a disseminação de ideologias e esforços práticos de instituir a democracia e o liberalismo, tal como observou Carlos Nelson Coutinho, citado por Chasin.

Nesta *forma de ser* específica, os proprietários estão *impedidos* de desempenhar o papel de representantes dos interesses conjuntos da sociedade, como fizeram as classes burguesas ascendentes na aurora do capitalismo, função que aqui dá lugar à conciliação com os representantes da economia agroexportadora. Após 1848, as burguesias clássicas acabaram também, por fim, renunciando a todo elã revolucionário, tornando-se conservadoras, mas antes disso haviam forjado toda uma sociabilidade nova, como já mencionado. Já o ultrarretardatário capital industrial brasileiro foi encarnado em *personae* que, além de surgidas numa era contrarrevolucionária, *nunca* chegaram a empunhar as bandeiras humanistas, racionalistas e liberais clássicas da burguesia revolucionária, antes ao contrário: tiveram seus objetivos e atuação estreitamente delimitados, objetiva e subjetivamente, sempre estiveram mesquinhamente voltadas para seus próprios interesses particulares. Em poucas palavras, “para *algumas* burguesias a democracia chegou a ser um objetivo, enquanto outras jamais cogitaram tal possibilidade” (CHASIN, 2000, p. 131), sendo esta a situação daquela presente no Brasil.

Como o caso concreto em terras tupiniquins muito se distancia daqueles nos quais nasceu a democracia moderna, em vez de tomá-la como regime político natural nos mais diversos tipos de capitalismo, seria necessário indagar da possibilidade objetiva do seu advento, das condições reais de sua efetivação, bem como dos sujeitos coletivos que a poderiam sustentar – e, é claro, de quem seriam seus inimigos. A análise das possibilidades concretas de nascimento e consolidação, dos protagonistas e dos antagonistas de um regime democrático é fundamental, porquanto, de outra forma, “corre-se o risco de reduzir a luta pela democracia, pelo recurso sempre arbitrário da dilatação das ‘autonomias relativas’, a um pobre ato de vontade, e a resvalar do pretendido caráter estratégico para uma estiolada taticidade politicista” (CHASIN, 2000, p. 104).

Deixando de lado o dever-ser e analisando realisticamente a formação social brasileira, o que se percebe é uma repulsa à democracia – os liberais eram representados, no Brasil, por algumas poucas individualidades – por parte da burguesia, cuja incompletude de classe entrelaça-se com sua “inapetência congênita

para a democracia liberal” (CHASIN, 2000, p. 156). Sua subserviência ao capital estrangeiro a impedia de desempenhar o papel centrípeto que o foi o das burguesias outrora e alhures. No Brasil, os interesses mais íntimos das massas implicavam, antes de tudo, mudanças na estrutura produtiva e na política econômica, a fim de que estas se voltassem ao atendimento de suas necessidades, passando, em primeiro e principal lugar, pelo fim da superexploração do trabalho (o que, por sua vez, implicava a eliminação da apropriação dual do mais-valor para remuneração das burguesias externa e, em menor escala, interna). Ou seja, sinteticamente, os interesses das massas só se realizariam com a mudança na estrutura produtiva e com o fim da subordinação ao capital estrangeiro, que encaixilhava as ações dos proprietários brasileiros. Ora, como poderiam as *personae* do capital brasileiro ceder espaço à soberania política popular se elas, além de estarem cativas de sua própria estreiteza orgânica, eram súditos das burguesias dos países centrais?

Donde capital vassalo e soberania popular não se integrarem, sendo incapazes de efetivar, de modo minimamente coerente e estável, o *círculo mágico e vicioso* do “circuito institucional do capital, que consta da totalização recíproca entre sociedade civil e estado”, quando se trata da democracia liberal, ou seja, da democracia dos proprietários. (CHASIN, 2000, p. 156)

A dominação material limitada, seu capital não autocentrado, nem autônomo, nem completável – portanto, *atrófico* –, bem como a época em que surgiu e se tornou hegemônico no consórcio no poder, implicava potência política acochada da burguesia tupiniquim, o que a compelia ao monopólio do poder.

Desprovido de energia econômica e por isso mesmo incapaz de promover a malha societária que aglutine organicamente seus habitantes, pela mediação articulada das classes e segmentos, o quadro brasileiro da dominação proprietária é completado cruel e coerentemente pelo exercício autocrático do poder político. (CHASIN, 2000, p. 221)

Aqui a burguesia era obrigada, pois, a tomar distância, a um tempo, “de uma solução orgânica e autônoma para a sua acumulação capitalista, e das equações democrático-institucionais, que lhe são geneticamente estranhas e estruturalmente insuportáveis, na forma de um regime minimamente coerente e estável” (CHASIN, 2000, p. 124). Daí que se mantivesse em permanente conflito aberto com as categorias sociais dominadas, com maior ou menor grau de violência e repressão, “enquanto mansamente se subordina ou concilia com aquelas que se emparelham na sua própria altura ou estão acima dela” (CHASIN, 2000, p. 128).

É por isso que, quando se investiga a história brasileira, fazendo dobradinha com os ciclos econômicos de crescimento subitâneo e efêmero que se sucederam continuamente, encontravam-se as formas autocráticas de dominação. Salta aos olhos, com efeito, a inexistência de uma democracia no país, mesmo nos moldes liberais, durante a quase totalidade de sua história (levando-se em conta, evidentemente, que estado de direito e democracia não são idênticos). Durante o período monárquico, a maior parte da população brasileira era escravizada, e na vigência da escravidão a existência de uma democracia moderna é uma absuridade. Já na república, a “política dos governadores” dos seus primeiros 40 anos era, sob fachada liberal-democrática, uma “real ditadura das oligarquias rurais” (CHASIN, 2000, p. 60). Ainda nos anos 1930, viu-se a ascensão do bonapartismo de Vargas. Em 1946, fim do Estado Novo, um militar na presidência, no espírito da guerra fria, reprimiu fortemente a sociedade em geral e os comunistas em particular, inclusive cassando os mandatos dos seus parlamentares e relegando o partido novamente à ilegalidade. Uma incipiente democracia teve lugar apenas, de acordo com Chasin, no curto período de menos de 15 anos entre o segundo governo Vargas e o golpe de 1964 – nos quais houve

o suicídio de um presidente, a renúncia de um outro e a derrubada pela força de um terceiro; e tudo isto já sem contar com um pequeno enxame de golpes e contragolpes, e com o fato de que exclusivamente um único presidente da república conseguiu exercer, até o fim, o mandato que recebera em eleições diretas (CHASIN, 2000, p. 103).

Foi, portanto, uma fase de menos “de década e meia, através da qual a democracia vigente, com todas as suas limitações, foi várias vezes duramente atacada, e ao cabo da qual não se conseguiu firmar” (CHASIN, 2000, p. 60). Por tudo isso, assevera, trata-se de *conquistar a democracia*, de fato, dado que ela não existiu de modo permanente e efetivo no país: “a democracia é o *vir a ser*, o historicamente *novo*, tendo, pois, de ser conquistada e construída, e não simplesmente reconquistada, dado que, num sentido legítimo e concreto, nunca a tivemos em nosso país [até este ano de 1980]” (CHASIN, 2000, p. 103).

Como nunca instituiu e nem mesmo desejou a democracia liberal, a burguesia da via colonial pôde, no máximo, comedir sua natureza autocrática e moldar civilizadamente o seu conservantismo (CHASIN, 2000, p. 153). Anuiu e se amoldou ao liberalismo econômico, mas nunca aspirou a ser democrática: “a ‘democracia’ possível da hiper-retardatária burguesia brasileira se resume na legalização, na institucionalização da sua insuperável negação da própria democracia” (CHASIN, 2000,

p. 132). Donde, por estas terras, as formas da dominação capitalista genuína oscilaram entre dois polos: o da “truculência de classe manifesta” (o bonapartismo, forma de dominação burguesa “em tempos de guerra”, expressão armada do politicismo) e o da “imposição de classe velada ou semivelada” (a autocracia institucionalizada, forma de dominação burguesa “em tempos de paz”, expressão jurídica do politicismo), tipos de soberania do mesmo capital atrofico (CHASIN, 2000, p. 128). Tal alternância bloqueou, obviamente, a possibilidade de uma hegemonia burguesa de viés integracionista e com participação de todas as categorias sociais, quer dizer, as classes dominantes brasileiras “estão impedidas de conceber e exercitar a forma menos perversa de sua dominação, que é a democracia de classe dos proprietários” (CHASIN, 2000, p. 153). Chasin conclui que, no Brasil, a burguesia pode “ser arrastada ou compelida à democracia, esta pode ser feita à sua revelia, mas ela própria não é nunca o seu agente” (CHASIN, 2000, p. 131).

Nos países clássicos, o capital protege o *modo de produção capitalista* de qualquer impugnação radical (teórica e prática), mas nesse mister tolera questionamentos que proponham soluções reformistas. Este capital, posto de forma mais orgânica e coerentemente articulada, tem condições de suportar tais contestações, o que explica, segundo Chasin, a importante presença da social-democracia nos países de via clássica. Nos países subordinados, por sua vez, não há espaço para nenhuma indulgência:

o capitalismo subordinado da periferia, como o brasileiro, não possuindo a *folga* daquele, sempre roído pelo seu subordinante, e compelido a roer superlativamente seus subalternos, não só preserva na generalidade o modo de produção, mas nega *qualquer* gênero de questionamento econômico, pois não pode lhe escapar que, dentro da realidade de sua estreiteza capitalista, toda alteração significativa só pode provir da angulação das massas, implicando, mesmo quando não fere seu arcabouço fundamental, uma parcela de sua desmontagem, algo, portanto, em seu detrimento, no prejuízo imediato e na abertura de uma perigosa perspectiva (CHASIN, 2000, p. 133-4).

Premida por amarras tão apertadas, a burguesia encontrou uma forma de se preservar de críticas e pressões transformadoras: o *politicismo*. De fato, em suas análises concretas da história brasileira, Chasin percebe uma *politicização* dos processos e debates⁸, ou seja, neles se promovia, em detrimento da determinação

⁸ Bem entendido, não se está falando aqui da “consideração de que todo grande problema é um problema político, no sentido de que as grandes questões sociais têm sempre a magnitude dos *negócios públicos*”; nem de *politizar*, já que este ato “implica partir de uma equação da totalidade,

econômica, o isolamento e a supervalorização do político, “o desossamento do todo” (CHASIN, 2000, p. 8), que ficava esvaziado, desenraizado e sem concretude (isso para não falar dos que adstringiam ainda mais o campo, reduzindo o próprio debate político aos seus aspectos político-institucionais). Uma compreensão *politicista* reduz a totalidade social, articulada e complexa, exclusivamente a um dos seus elementos – o político, ou seja:

Considera, teórica e praticamente, o conjunto do complexo social pela natureza própria e peculiar de uma única das *especificidades* (política) que o integram, descaracterizando com isto a própria dimensão do político, arbitrariamente privilegiada. (CHASIN, 2000, p. 123)

Dissolvendo-se a complexa realidade concreta em uma sopa política, transformava-se a “totalidade estruturada e ordenada do real – complexo repleto de mediações – num bloco de matéria homogênea”, promovia-se a hipertrofia do político, que, além de constituir uma falsificação intelectual, “configura para a prática um objeto irreal”, resultado do desprezo das dimensões social, política, ideológica e, especialmente, das relações e fundamentos econômicos que constituem o ente concreto (CHASIN, 2000, p. 123).

Tal procedimento secciona política e economia, tornando o segundo um epifenômeno ou uma derivação da primeira, desconsiderando suas interdeterminações e negando o caráter fundante, ontologicamente matrizador, do econômico (CHASIN, 2000, p. 124). Ato contínuo, de forma despolitizada, propõe o debate (e põe, portanto, a possibilidade de aperfeiçoamento) do político, enquanto trancafia o econômico em minudências e tecnicidades. É um modo de proceder tipicamente liberal, cujos princípios remetem a economia à vida privada – vista como o ambiente dos interesses egoístas desbragados e conflituosos –, enquanto a política, inchada formalmente, é dada como *coisa pública*, esfera dos debates e decisões públicos, do bem viver coletivo, da resolução dos conflitos.

O politicismo implica a perda de potência e eficácia da atuação política, já que esta, autonomizada da economia (em que se deve buscar a anatomia da sociedade civil), é voluntarista e, assim, condenada à impotência. Com o apelo ao politicismo, restava protegida a espinha dorsal da dominação burguesa de via colonial, lastreada na economia (e, em particular, na superexploração do trabalho), a cujo debate enquanto importante assunto público se esquivava. O politicismo funcionava, pois,

conceitualmente elaborada” (CHASIN, 2000, p. 8). O politicismo é, na verdade, um fenômeno simétrico ao economicismo e antípoda da politização.

como “protetor da estreiteza econômica e política da burguesia” e, na medida em que “efetivamente subtrai o questionamento e a contestação à sua fórmula econômica e aparentemente expõe o político a debate e a ‘aperfeiçoamento’”, “atua como freio antecipado, que busca desarmar previamente qualquer tentativa de rompimento deste espaço estrangulado e amesquinhado” (CHASIN, 2000, p. 124). É por isso que o *politicismo* não era meramente um recurso ideológico do conservantismo civilizado, senão que “é resultante primeira da obra prática de sua dominação de classe” (CHASIN, 2000, p. 153). Ou seja, a burguesia brasileira tinha no *politicismo* sua “forma natural de procedimento”, estava “na forma de sua irrealização econômica (ela não efetiva, de fato e por inteiro, nem mesmo suas tarefas econômicas de classe) a determinante do seu *politicismo*. E este integra, pelo nível do político, sua incompletude geral de classe” (CHASIN, 2000, p. 124).

Impedidas por natureza de efetivar sua autoedificação (porque vazias de identidade transformadora, apavoradas das revoluções), as *personae* do capital punham-se como figuras *transformistas*, termo que Chasin usa como sinônimo de uma forma de manipulação. Esta não era, assegura, atributo exclusivo das burguesias periféricas: em verdade, toda a burguesia de sua época estava trespassada pela “inteligência da manipulação”, sendo, porém, que nas burguesias do centro capitalista, esta veio depois que foi abandonada sua centelha revolucionária. O distintivo das burguesias subordinadas residia justamente em que nunca tiveram interesse ou condições de efetivar transformações, que substituíram pela manipulação (CHASIN, 2000, p. 174). Não havia, na atuação manipuladora, espaço para transformação ou mudança qualitativa: toda alteração mantinha e reiterava as condições estruturais prévias e os lugares ocupados pelas categorias sociais, o que salientava desde logo sua eficiência, inobstante sua falsidade (CHASIN, 2000, p. 174). Muito mais importante que a mera trapaça ou engodo, subjazia aí a dispensa do senso e dos critérios objetivos de aferição do real e a substituição da verdade por fins utilitaristas, cuja perseguição imediatista orientava a prática.

Obstada a transformação pela atuação das categorias sociais que personificavam o capital, dada sua incompletude, poder-se-ia abrir o espaço às que encarnavam a lógica do trabalho, que, diferentemente da burguesia, tinham a potencialidade universal de integralização (CHASIN, 2000, p. 164). O que quer dizer, na *miséria brasileira*: a irresolubilidade crônica do capital atrofico abriria possibilidades de transformação da perspectiva do trabalho. Nesse sentido, caberia ao proletariado

arrastar a burguesia para a democracia – e não ser arrastado por ela ao campo dos formalismos liberais ou submetido sem subterfúgios a alguma forma de opressão despótica. Em suma, dada a particularidade da formação nacional, caracterizada pelo itinerário da via colonial, aqui “a construção democrática é possibilidade concreta apenas enquanto resultante das lutas sociais nucleadas pela ótica do trabalho” (CHASIN, 2000, p. 145) e “até mesmo os mais formais dos valores da democracia política” real e estável estariam associados à lógica e à ação do trabalho, então centradas na perspectiva operária (CHASIN, 2000, p. 105).

O fato de o agente histórico do processo democrático (que pressuporia a ruptura com a via colonial) ser a massa trabalhadora, empuxada pelos trabalhadores da indústria em particular, denotaria necessariamente que “a motivação e o direcionamento não permanecem voltados, pura e simplesmente, para a objetivação de formas institucionais”, “mas implica necessariamente a democracia econômica, a democracia social, a democracia cultural”, ou seja, a totalidade concreta da vida em sociedade (CHASIN, 2000, p. 76; 131). Seria necessário efetivar medidas para superar a *via colonial*, cuja ruptura – ainda que não se desse inicialmente enquanto superação do modo de produção, mas apenas do *sistema produtivo* alicerçado no arrocho salarial, o que não era pouco na realidade brasileira – só era possível pela sua ação (CHASIN, 2000, p. 221). Em vez de garantir avanços institucionais para depois assegurar outros direitos (como os materiais), tratar-se-ia desde logo de articular as franquias legais com outras, mais substantivas: condições de salário e de trabalho sob as quais os trabalhadores produziam e reproduziam sua existência material, ou seja, modificar sensivelmente o enquadramento econômico do sistema e romper, assim, com o politicismo. A “desarrumação” e “desmontagem” de aspectos do aparato produtivo o impediria de reproduzir a superexploração do trabalho, abrindo espaço para uma democracia verdadeira, fundada na soberania dos trabalhadores (CHASIN, 2000, pp. 132; 164).

Similarmente à burguesia, a classe trabalhadora também foi, porém, afetada pelas condições históricas que presidiram o seu nascimento. Com isso, para Chasin, os representantes teórico-político-ideológicos da perspectiva do trabalho estiveram igualmente aquém de sua tarefa histórica, como se verá a seguir.

5. Nascimento e morte das esquerdas no capital atrofico

Chasin debate, embasado nos elementos formativos da realidade brasileira, não

só as características antiliberais da burguesia endógena como as graves deficiências das esquerdas. Também em relação a tal temática sua análise se distingue das mais corriqueiras, pois ressalta que as insuficiências e equívocos da esquerda dos países de via colonial estão diretamente ligados à incompletude de classe do capital. Assim, tais debilidades (“antes um indicador de qualidade do que um índice quantificador de força”, cf. CHASIN, 2000, p. 152) *não são meramente devidas a incapacidades pessoais ou gremiais*, mas remetem aos próprios segmentos da sociedade brasileira – os quais, por sua vez, têm sua forma de ser explicada pela atrofia da instituição histórica do capitalismo no país, consubstanciada por um capital atrofico. Inobstante, se “na débil torrente democrática do processo brasileiro, fraca é também a corrente proletária que nele atua”, em face da “*incompletude de classe*, que também atinge o proletariado no Brasil”, ela acabou sendo “superenfraquecida pela desorientação a que é submetida, sistematicamente, pelos partidos que o querem representar e conduzir” (CHASIN, 2000, p. 140).

Para melhor compreendê-lo, façamos uma rápida referência comparativa aos países clássicos. Ali, o novo sistema social, o mundo burguês, um circuito orgânico formado pela economia capitalista e pela sociedade burguesa, foi instituído pelas revoluções burguesas, das quais as massas participaram e nas quais puderam, portanto, influir, introduzindo algumas das suas demandas sob o signo dos interesses universais. De tal maneira que, quando as revoluções de 1848 proclamaram a autoemancipação do proletariado, “a emersão social e política, prática e teórica, desta nova categoria social fez-se, lá onde alcançou seu significado mundial, contra a figura *integralizada* da burguesia” (CHASIN, 2000, p. 157). Foi, pois, por sobre as reivindicações e realizações históricas progressistas da burguesia, retomadas e elevadas até o nível da ruptura revolucionária, que a perspectiva do trabalho se assentou em países clássicos. Com isto, ali, a crítica prática e teórica encetada pelos agrupamentos e ideologias representantes da perspectiva do trabalho teve início precisamente onde se estancou a crítica prática e teórica revolucionária dos proprietários. Não à toa, “a primeira aparição de um partido comunista verdadeiramente atuante se dá no seio da revolução burguesa” (CHASIN, 2000, p. 158). Nessas condições, “a revolução do trabalho nasce como o melhor dos produtos da revolução do capital. Os trabalhadores retomam e elevam as bandeiras decaídas das mãos dos proprietários”, sua própria obra “começa por onde aquela termina” (CHASIN, 2000, p. 158).

Radicalmente distinta era a situação da esquerda na via colonial, porque nesses países jamais houve uma revolução burguesa. “A crítica prática e teórica dos trabalhadores, aqui, não principiou por onde os proprietários haviam concluído. Estes não só não haviam terminado, como não podiam *terminar* nunca.” (CHASIN, 2000, p. 159) Relembremos, com Chasin, a gênese do PCB, agora centenário: “ressalvada meia dúzia de anos da década de [19]20 (sem entrar no mérito do elaborado), já ao final desta, com a adoção das teses genéricas sobre o mundo colonial do VI Congresso da III Internacional, engendra-se a postura deplorável da cópia intelectual bisonha” (CHASIN, 2000, p. 157). Esta inanição teórica tornou-se crônica e foi elevada à tragédia no período stalinista – e à farsa pelo neostalinismo, com o pragmatismo e a dissimulação que lhe são típicos. A existência de transições tencionadas – cuja falência não foi reconhecida por longo tempo – no Leste europeu e a consequente crise do movimento comunista internacional agravaram o problema. Da divisão do PCB resultaram um grupo atraído para o viscoso pântano do eurocomunismo (com o abandono da perspectiva revolucionária) e outro atracado ao lamentável referencial (sino)albanês (apegado a uma suposta sociedade de transição inexistente), na prática deixando aberto o caminho à instrumentalização do neoconservadorismo e à tomada de espaço pela nova esquerda.

Tomou forma no Brasil, por conseguinte, uma esquerda (a tradicional, ligada às tradições comunistas) esquartejada entre duas opções: a busca por completar – como acreditava que poderia –, via revolução democrática, as tarefas burguesas abandonadas pela própria burguesia e que não poderiam jamais ser as suas; e a de realizar a (possibilidade genérica tomada abstratamente) própria revolução proletária ou, nos dizeres de Chasin, “dar início ao processo de integralização categorial dos trabalhadores” (cf. CHASIN, 2000, p. 159). Não havia, evidentemente, condições objetivas (nem subjetivas) para uma revolução socialista no Brasil dos anos 1960-80, um solo em que o capitalismo mais avançado nem existia efetivamente. Entre esta revolução incogitável, posta apenas idealmente, e a força muito concreta, com seus conflitos e exigências efetivos, de um capital incompleto e incompletável, a esquerda tradicional do capital atrófico acabou se dobrando a esta última. Insipiente do papel e das tarefas que lhe cumpria realizar, do seu lócus de nascimento e tempo histórico, “toma os parâmetros abandonados desta [burguesia clássica] como se fossem os supostos de itinerário e de projeto da burguesia de extração colonial, dos quais nem esta nem ela própria poderiam pretensamente escapar” (CHASIN, 2000, p. 159).

Labutou, assim, por um projeto de capitalismo nacional que “supunha, em última análise, a reprodução do padrão integral do capital desenvolvido, autonomizado pela ruptura com o capital metropolitano, de modo que seria alcançado o traçado clássico do sistema do capital, abstraídas distinções quantitativas” – acreditava ser possível um “sistema capitalista internacional formado pela justaposição de parcelas similares” (CHASIN, 2000, p. 215).

Ao fim e ao cabo, “o devaneio de principiari a integralização de classe dos trabalhadores reduz-se a miserável voto piedoso” e “a empresa impossível de levar à completude o capital incompletável se amesquinha, progressivamente, em simples e melancólico ativismo caudatário” (CHASIN, 2000, p. 160). A esquerda tradicional passou, então, a atuar a reboque de uma suposta burguesia “nacional”, em prol de uma revolução democrático-burguesa que cumpriria uma etapa necessária para só depois se bater pela revolução socialista, a ser atingida posteriormente – e necessariamente – a esta. Assim, ficou “entrapada entre o *revolucionarismo abstrato* e o *ativismo caudatário*” e “neste movimento pendular consumiu quase toda sua capacidade teórica” (CHASIN, 2000, p. 161).

Ademais, desacerto no imo do equívoco, a esquerda dita marxista deixou-se seduzir pelo ideário liberal (ao qual já havia abdicado a própria burguesia ali onde outrora fora revolucionária) que configurava, naquele momento, uma subsunção aos supostos anseios do *conservantismo civilizado*, que parecia liberal comparativamente à autocracia burguesa instituída em 1964. Aqui como alhures, estas foram enclausuradas na hegemonia ideológica burguesa e presas, junto com os defensores ideológicos do sistema, ao *politicismo* que “corresponde à faixa de segurança onde se movem em terreno próprio” (CHASIN, 2000, p. 125). Apropriaram-se e reproduziram, sob parâmetros dos ideários neoliberais internacionais, “os diagnósticos de realidade e os projetos de ação do conservantismo civilizado nacional” (CHASIN, 2000, p. 156). Manifestava-se, nessa mimese, sua astenia, mas também sua renúncia à independência teórica – que, como sua tibieza, não era nova, tampouco involuntária. Assim, a esquerda tradicional, com diagnósticos equivocados e práticas desorientadas e desorientadoras, teve um lastimável papel na perda de uma importante oportunidade histórica, as lutas envidadas no pré-64. Reboquista, etapista, determinista e atrelada ao estado, acabou não estando à altura do desafio que foi o golpe de 1964 e o bonapartismo que se seguiu a este.

Crítica à esquerda tradicional, surgiu no final dos anos 1970, no bojo das

greves operárias do ABC paulista, uma “nova esquerda”, assumidamente não marxista. Chasin analisa muito diversamente aqueles movimentos, pelo menos em sua potencialidade, e a esquerda dali originada. As greves traziam “em seu bojo o direcionamento histórico da conquista e da construção democráticas, das quais o programa econômico alternativo é a vertebração” (CHASIN, 2000, p. 102). Ressalva que os trabalhadores grevistas em nenhum momento punham em causa o próprio capitalismo e nem mesmo tinham um programa econômico alternativo mais ou menos desenvolvido (como outrora foram as reformas de base), mas ao politicismo proposto pelo sistema contrapuseram, na prática, conteúdos relativos às bases, à economia, quais sejam, a liquidação da política econômica sobre a qual se sustentava a ditadura (a política salarial do arrocho). Pugnando por reivindicações econômicas, acabaram também tendo conquistas políticas (como a derrubada factual da lei antigreve). Como “democracia minimamente efetiva e arrocho salarial não coexistem, nem podem coexistir, a não ser na ‘democracia’ da *autocracia burguesa institucionalizada*” (CHASIN, 2000, p. 132), punha-se, então, a possibilidade de uma verdadeira objetivação da democracia, sob a égide dos trabalhadores. O que implicava o rompimento com o politicismo, tendo por eixo um amplo desmantelamento de aspectos do aparato produtivo, impedindo-o, desta forma, de reproduzir a superexploração do trabalho e, assim, possibilitando a transformação das relações sociais.

O que houve, porém, foi a perda de outra oportunidade histórica de romper com os mais danosos aspectos da via colonial, pois o sistema tratou de “encaminhar o desenho de *outra forma* de sustentar a *mesma dominação*”, efetivando uma passagem politicista do bonapartismo à autocracia institucionalizada (CHASIN, 2000, p. 127). E teve nas esquerdas um cúmplice – voluntário ou não –, tendo em vista que aquele percurso proposto pelas massas foi sustado pelas suas representações, que atuaram apenas no campo de segurança proposto pelo sistema e sucumbiram ao politicismo. As massas – que, de moto próprio, não podem determinar os processos e direcionar os movimentos rumo a conteúdos presentes espontaneamente em algumas das suas iniciativas – foram subordinadas e desfibradas pelas oposições ao regime bonapartista (CHASIN, 2000, p. 125). Para Chasin, “A dinâmica da construção democrática pelas bases não é, simplesmente, ter as massas em movimento, mas dotar o movimento das massas, ao mesmo tempo, da arma programática que reordena a sistemática da produção” (CHASIN, 2000, p. 132). Mas se deu exatamente o contrário no final dos anos 1970 e início da década seguinte, com as esquerdas pelejando para

redirecionar as lutas sociais – que se davam nas fábricas, principalmente, mas também em comitês de apoio, nas ruas etc. – para o campo institucional, quando, na verdade, as lutas sociais é devem determinar a ação parlamentar, “de modo que atualizassem sua potência de *forçar* a representação parlamentar (...), vindo assim a conferir a ela conteúdo e direção” (CHASIN, 2000, p. 145). Assim, “depois de uma longa trajetória, à qual não se nega o valor de resistência e até momentos de pesado sacrifício”, as esquerdas sucumbiram ao ardid do *politicismo* porque “mantiveram e reproduziram a ignorância prática da *centralidade operária*, desconhecaram a necessidade de romper o *politicismo*, e não compreenderam o imperativo de um *programa econômico de transição democrática*” (CHASIN, 2000, p. 133).

Transitou-se, pois, sem transformação, num processo conduzido pelo sistema, que continuou mantendo fora de perigo seu cerne, a política econômica, mesmo que reformando alguns dos seus aspectos, com vistas à manutenção do poder. Na medida em que se limitaram à reivindicação (e de forma abstrata) das franquias democráticas e, no máximo, a uma irresolutiva redistribuição de renda, as oposições à ditadura militar, esquerdas incluídas, levadas de roldão pelo politicismo, não atenderam para o fato de que o projeto global do bonapartismo era antes de tudo econômico. Onde, não conseguiram entender e denunciar os esteios do projeto econômico da ditadura e suas consequências necessárias.

Faceta não desprezível da obsequiosidade teórica da esquerda e da penúria de seus padrões de reflexão é o conjunto de conceitos do qual se valia, que em muitos casos emprega ainda hoje, para entender a realidade e combater suas mazelas. Sintetizado nas teorias da dependência e da marginalidade e nas críticas ao populismo e ao autoritarismo⁹, foi forjado nos altos-fornos da epistemologia liberal mas, inobstante, passou a ser identificado como interpretação oficial do marxismo para o Brasil. A esquerda tradicional, carente de um diagnóstico e um prognóstico da realidade nacional próprios, em vez de lhes dirigir a crítica radical e rigorosa que mereciam, assimilou elementos dessas teorias, amalgamando-as a suas antigas posições; e a nova esquerda as considerava sua essência, tomando-as como “aspectos válidos” do marxismo dos quais se valeria para fazer a crítica da esquerda tradicional.

Ao fazer essa – necessária – crítica, a proclamada “nova esquerda” perdeu-se nas brenhas de outro tipo de tentativa de finalização, a do “poder liberal ininstaurado

⁹ Não há espaço, aqui, para reproduzir as críticas a esse quarteto teórico feitas por Chasin. Remetemos os interessados aos textos originais deste (especialmente, CHASIN, 1989).

e inistaurável” (CHASIN, 2000, p. 161), ou seja, a questão da soberania política burguesa num país onde o liberalismo era impossível. É por isso que, tomando igualmente para si fósseis liberais, impôs-se uma escolha simplória entre democratismo e autoritarismo – explicitando que sua diferença para com a esquerda tradicional era de acento, não de qualidade. No âmago de seu democratismo, um “participacionismo” – degeneração da participação, que reduz a força dos agentes à presença física e à quantidade, totalmente imerso no espontaneísmo que toma a política como o campo da *vontade* ou da *invenção*. Para Chasin, *participar* é estar jungido de forma consciente à política concreta pelas “demandas finitas de um momento histórico dado, no processo verdadeiramente infinito da autoedificação humana e de sua emancipação”, quer dizer, atua-se dentro de circunstâncias históricas determinadas, que impõem escolhas possíveis, mas sempre tendo como fim a emancipação humana. Já *participacionar* implica “servir como número à manipulação politicista, destituído de classe, consciência e individuação, sem vínculo concreto com a construção do humano e de sua liberdade”, é “a participação sem consciência participante ou a presença participante sem consciência”, tornada puro testemunho e cedida à instrumentalização em seus mais variados níveis” (CHASIN, 2000, p. 161).

No início dos anos 1980, em suma, o diagnóstico da situação das esquerdas no Brasil era bastante negativo. Estas não tinham independência teórico-ideológica nem autonomia política, eram “raqúiticas em número e anacrônicas nas formas de organização” e – não obstante haver “mártires e sacrificados, ofendidos e humilhados”, verdadeiros “heróis no equívoco e vítimas de todas as regressões” aos quais a mais digna homenagem “é a coragem de recomeçar” – acabaram conduzindo sua ação de uma forma “que atinge e desencanta, limita e desorienta o conjunto dos trabalhadores do país” (CHASIN, 2000, p. 160). A união entre o “embrião maldito do capital incompletável” e a “insubstancialidade teórica e prática” da esquerda é que determina a *miséria brasileira*, expressão que diz da gênese, processo e consequências da objetivação do capital no país.

Segundo Chasin, na sua acepção desenvolvida historicamente, direita e esquerda são “*campos* políticos de natureza diversa, compreendidos pela dinâmica excludente entre as lógicas do capital e do trabalho e suas respectivas formas societárias”, e, assim, o que qualifica o campo *da esquerda* é ser “figura organizada pela lógica humano-societária do trabalho” (CHASIN, 2000, p. 229). Diante da derrocada da União Soviética e outros países pós-revolucionários (que se deveram,

antes de tudo, a problemas internos) e do estabelecimento incontestado do domínio global do capital, houve um retraimento da esquerda até seu completo desaparecimento enquanto esfera de atuação política da perspectiva do trabalho. Num fenômeno que manteve similitudes com o que ocorreu no restante do mundo, no Brasil, a esquerda, enquanto representante da lógica onímota do trabalho, após dissensões e dissidências e um agudo empobrecimento teórico, cedeu passo a representantes postos no lado esquerdo do campo do capital, que em solo não revolucionado soam como radicais.

Restaram ou sugeriram alguns organismos partidários, de portes distintos, que, perdidos em suas pobres diferenças, desvalidos para tudo que não sejam disputas irrelevantes de caráter bizantino, se igualizam como organizações políticas que ocupam posições *na esquerda* do arco político do capital. (CHASIN, 2000, p. 231)

De tal maneira que, a partir do final dos anos 1980, o campo da esquerda foi o grande ausente¹⁰, existindo, no máximo, individualidades e agrupamentos “situados no polo da radicalidade burguesa, espaço que o capital subordinado nunca preencheu, dado o caráter autocrático de sua dominação, que implica a exclusão dos de baixo, isto é, do povo e do princípio de sua soberania” (CHASIN, 2000, p. 233).

A morte da esquerda se somou à extensão da utilidade histórica do sistema do capital para proliferar os obstáculos e dilemas da via colonial. A extraordinária transformação imposta pela globalização determinou o fim de todas as possibilidades de romper com a via colonial a partir das condições dadas no próprio país, como se verá a seguir.

6. Via colonial: encerramento sem ruptura

Desde meados dos anos 1970 Chasin aponta os equívocos e limites da atuação das esquerdas, especialmente a não apresentação de um projeto econômico, pensado da perspectiva do trabalho, alternativo ao do sistema. Mas não só: considera parte da tarefa da crítica fixar alguns marcos acerca de elementos que jamais poderiam deixar de estar incluídos neste. Assim, com diferentes graus de formulação, por meio de

¹⁰ Constatar a morte da esquerda não significa abdicar da revolução social e desacreditar da perspectiva do trabalho: esta não foi extinta nem pode sê-lo, pois persiste enquanto houver trabalho, ou seja, humanidade. Bem ao contrário de derrotismo ou pessimismo, trata-se de reconhecer objetivamente a situação histórica e, por sobre um balanço da produção teórico-ideológica e da atuação prática, embasar um possível renascimento da esquerda, desta vez, quiçá, efetivamente assentada sobre a autêntica perspectiva do trabalho, que forje os diversos instrumentos organizacionais necessários e adequados às lutas social, sindical e política no momento de sua gênese (CHASIN, 2000, p. 201).

aproximações sucessivas (que aqui não há espaço para reproduzir¹¹), ele traz à tona transformações que seriam necessárias – e factíveis – para que houvesse a ruptura com os mais danosos caracteres da via colonial. Tais medidas subentendem um combate realizado no campo adequado, e justamente aquele que tem sido resguardado e protegido pelo capital atrofico, qual seja, o econômico. Trata-se, pois, de “*fundir luta econômica com luta política*”, procedendo-se à substituição da política econômica vigente por outra, elaborada da perspectiva do trabalho. Seria alcançado, dessa forma, um crescimento verdadeiro e resolutivo, que articulasse progresso social a evolução nacional. Assim, se alguns momentos da primeira transição aqui apresentada se transformaram conforme a conjuntura, foi mantida sua ossatura.

O conjunto de medidas apresentado por Chasin não se esgotaria em si mesmo, antes ao contrário, faria parte de um movimento mais amplo – constituiria a primeira etapa de um processo articulado de superação do capital, o qual ele chamou de *dupla transição*. As disposições que apresentamos constituem justamente o seu momento inicial, a *primeira transição*, de ruptura com um capital induzido, subordinado e excludente, de maneira a transformar o perfil do *sistema produtivo* – mas sem querer saltar imediatamente, por sobre as condições (in)existentes, para outro *modo de produção*. A *primeira transição* tomaria como arena de luta justamente a incompletude econômica e política do capital atrofico, a qual combateria não no sentido de completá-la, mas de desmontar os pressupostos do sistema produtivo (ainda defensivamente, no âmbito do mesmo modo de produção) para, assim, abrir caminho para uma *segunda transição*, esta sim já no terreno próprio da lógica do trabalho (CHASIN, 2000, p. 281-2). Em síntese, a *primeira transição* “está vinculada em sua distinção à *transição socialista*, consubstancia as transformações imediatamente possíveis e abre estruturalmente para a transição última, que projeta para além do capital” (CHASIN, 2000, p. 219).

Sua propositura se caracterizava, em primeiro lugar, justamente por não supor uma constituição ideal do capitalismo no país, mas ser realista, partir da configuração do capital particularmente instituído por estas plagas. Tal significa não pleitear, por

¹¹ Não cabe, aqui, o acompanhamento do programa proposto para cada momento histórico, tampouco o deslindamento da densa elaboração de Chasin acerca dos diversos temas nos muitos artigos e editoriais que escreveu (muitos deles, vale lembrar, realizados *a quente*, durante os acontecimentos e para embasar posicionamentos que julgava importantes). Dados os objetivos deste texto, apenas apresentamos os aspectos mais importantes de um percurso possível e o itinerário realmente percorrido, tomando por parâmetro a primeira transição pensada nos primórdios da globalização.

exemplo, a tentativa de chegar a alguma forma de capitalismo modernizado que desconsideraria sua real constituição e seus nexos visceralmente subordinados, bem como a crença algo ingênua num distributivismo redentor autônomo com relação às estruturas produtivas subordinadas e excludentes – mas a tentativa de superá-las. Chasin não se deixa, assim, engolfar nem pelo fatalismo (pois a *primeira transição* não se tratava de destino inelutável), nem pelo caudatarismo (de vez não era o caso de ela tomar para si as tarefas incompletas e incompletáveis da burguesia), nem pelo etapismo (já que não era uma etapa necessária e inescapável para se chegar a outro patamar). Bem entendida, estava posta no gradiente das *possibilidades concretas*, era uma “alternativa real da perspectiva do trabalho, inscrita no campo dos possíveis da atualidade brasileira” (CHASIN, 2000, p. 282). A processualidade da *dupla transição* também permitiria escapar do maniqueísmo que contrapunha abstratamente reforma a revolução, já que “reafirma o socialismo ao mesmo tempo que reconhece a impossibilidade de sua realização imediata, sem conduzir ao imobilismo e sem permitir que a afirmação socialista seja transformada em discurso melancólico da mais nobre volição ou da mais tacanha teimosia” (CHASIN, 2000, p. 219).

A proposição passava, antes de tudo, por levar a cabo tarefas para promover uma grande transformação qualitativa no campo das relações internacionais do capital¹², para o rompimento das relações subordinantes, de que depende toda alteração interna (CHASIN, 2000, p. 282-3). Chasin realça que uma estreita inter-relação no âmbito das relações econômicas internacionais fez parte de todo o incompleto processo de constituição do Brasil enquanto nação. Com tal histórico, e sendo um país de grande porte e complexidade econômico-produtiva, sua dissociação da revolução tecnológica e do mercado global era impossível (e indesejável, pois equivaleria a isolar-se, estagnar e regredir num mundo cada vez mais universal). De forma que se tratava de discutir a *qualidade* da inserção.

Umbilicalmente vinculada, e como *ponto fulcral* da proposta, a redefinição do

¹² As propostas contidas na primeira transição mantiveram uma coerência interna fundamental, para a qual foi necessário ir ajustando medidas concretas às mudanças históricas pelas quais passou o país. Nesse sentido, o papel do estado, p.ex., foi bastante modificado dos anos 1970 para meados dos anos 1990, bem como a importância da transformação das relações internacionais. Nessa mesma direção, nos anos 1970 e 80, Chasin realça a importância da plataforma de luta pela democracia, que deveria articular e potencializar, a seu tempo, a anistia, a convocação de uma assembleia constituinte e todas as diversas prerrogativas democráticas, sempre cuidando de avançar do plano institucional para as efetivas condições de vida e trabalho da imensa maioria da população. Já nos anos 1990, ele salienta a conquista de certa estabilidade democrática, sem que os mourões da via colonial tivessem sido derribados.

aparato produtivo por meio de medidas de curto, médio e longo prazos para inativar as dimensões mais perniciosas do capital atrofico – mormente a superexploração do trabalho para, então, eliminar pela raiz a causa da exclusão social endêmica no país (CHASIN, 2000, p. 74; 237) –, no interior de

um programa econômico de recomposição da malha dos setores produtivos, do redirecionamento de prioridades e da alocação de recursos (privados e públicos), de maneira que o *aparato* de produção e reprodução material da vida seja posto a serviço da sociedade global (CHASIN, 2000, p. 283).

O enfrentamento da questão agrária também era inescapável (“a estrutura no campo é a matriz histórica [da] excludência”, cf. CHASIN, 2000, p. 284), com especial atenção às reivindicações trabalhistas dos assalariados do campo, tão desatendidas historicamente e tão despercebidas pelas esquerdas. No mesmo bojo, deveriam ser tomadas providências variadas, de maneira a dar conta da diversidade do campo brasileiro, prevendo propriedades de tipos e caracteres diferentes (incluída a propriedade social, de contornos comunais, não estatal), voltadas ao atendimento de necessidades e especificidades de distintos setores, considerando-se a permanência do empreendimento diante do desmonte dos mecanismos da superexploração do trabalho, a sua viabilidade econômica e os avanços de produtividade (CHASIN, 2000, p. 286).

E, finalmente, a formação dos blocos econômicos internacionais, com a promoção da integração econômica latino-americana – o que subentenderia a desmontagem das *relações subordinantes* com as economias centrais –, que teria um grande peso sobre o sistema mundial (CHASIN, 2000, p. 286). Se deixado a sua própria lógica, o capital atrofico poderia, no máximo, reiterar sua subalternidade estrutural ao capital metropolitano, em vez de empreender a formação de um mercado único latino-americano capitaneado pelas nações mais fortes articuladas aos demais países (forma de alcançar algum poder de pressão no cenário global). Nesse sentido, o início dos anos 1990 trazia amplas perspectivas ao Brasil, país que fazia parte do pequeno agrupamento de países periféricos (com Argentina e México) para os quais a inserção na nova forma de acumulação ampliada do capital poderia ser mais proveitosa (para além de ser inescapável, sob pena de retrocesso) (CHASIN, 2000, p. 286).

O perfil inicialmente defensivo das transformações econômicas fazia parte da visão objetiva que, ao mesmo tempo, era talhada de molde a induzir uma ampla reconfiguração econômico-societária, desordenar a lógica do capital atrofico, se não

extinguindo, ao menos *moderando* a (des)ordem social posta por ele, ao controlá-lo socialmente (e não politicamente, como tem sido a regra no campo da pseudoesquerda voluntarista). Tais medidas, por desorganizarem aspectos centrais da estruturação do capitalismo no país, ainda que pudessem resultar em “fortalecimento do capital local e da continuidade da exploração do trabalho, é inverossímil que seja muito dificilmente seria operada, agora ou depois, sob a égide do capital atrófico” (CHASIN, 2000, p. 164; 169): somente poderiam ser consumadas por uma frente político-eleitoral articulada a partir das massas, fortemente estacada nas necessidades populares, tendo por eixo a aliança entre trabalhadores urbanos e rurais, mas articulando em torno de si a pequena e média burguesias, interessadas na ampliação do mercado interno.

A possibilidade concreta de ruptura com os caracteres mais perniciosos da via colonial esteve presente especialmente em alguns momentos da história brasileira, como mencionado, com destaque para as lutas do imediato pré-64, para as greves do final dos anos 1970 e para as eleições presidenciais de 1989, as primeiras após o bonapartismo instituído pelo golpe em 1964). Em nenhuma delas houve o rompimento desejado, graças a diversos fatores (os quais, por sua vez, se devem a diversas questões das quais já mencionados algumas); vários dos descaminhos trilhados pelo país se devem a equívocos da autointitulada esquerda – lamentavelmente, diz Chasin, no Brasil, “as melhores forças têm primado em perder oportunidades” (CHASIN, 2000, p. 294).

Durante quase todo o século XX, a produção de mercadorias no plano internacional tinha gradações ainda desprezíveis, e sua circulação dava-se quase sempre por meio de relações bilaterais em mercados – controlados pelas potências centrais – restritos ou cativos. A partir dos anos 1990, com a globalização, tudo isso desapareceu em face da “produção ampliada a grandezas sem limites e [d]o intercâmbio comercial elevado ao primado das *trocas infinitas e superpostas*, sem embaraços de fronteira” (CHASIN, 2000, p. 304). Certos capitais, antes circunscritos, ultrapassaram seus antigos limites à busca de lócus mais amplos para sua reprodução ampliada, alçando-se ao nível global, entre nações – dispostas em graus diferentes e hierarquizados – agregadas em blocos também desigualmente constituídos e que competem entre si e internamente. Com as imensas implicações da revolução tecnológica, as fronteiras se tornam mais dúcteis, mas não são eliminadas, bem como as relações de subsunção e o desenvolvimento desigual e combinado típicos dos movimentos do capital.

Nos novos marcos da revolução tecnológico-produtiva, há apenas um capital social global e os mercados interno e externo não mais se distinguem. Essa “nova (des)ordem internacional do capital” é “o mundo real a ser vivido por todos, embora sob a diversidade com que os países estejam habilitados a participar dele por efeito do desenvolvimento desigual que os enforma” (CHASIN, 2000, p. 304). Crescer agora é ocupar nichos na infinitude da malha produtiva e no mercado único globais, certamente com contradições (muitas delas inimagináveis) inéditas e em proporções gigantescas das quais já foi possível ter algumas amostras. Mercado mundial e novo patamar produtivo que não são opções ideológicas ou conspirações bem elaboradas e insidiosas, mas uma realidade inelutável, uma nova forma de existência humana, ainda sob o capital.

A existência nacional, sob os influxos de uma nova realidade, passa, então, a se conformar pela “lógica sem precedentes da nova fase de acumulação ampliada do capital, ou seja, pelos nexos operantes do novo patamar tecnológico e da mundialização do mercado” (CHASIN, 2000, p. 302). Nesse sentido, só integrado a esta seria possível existir *civilizadamente* a partir de então – inclusive para, no futuro, labutar pela ultrapassagem do mundo regido pela lógica do capital.

A nova configuração do capital, à qual o Brasil está atrelado, põe em patamar diferente todos os parâmetros de debate e de atuação possíveis. Este novo estágio produtivo global reformula completamente o quadro no qual se desenrolam os processos internos a cada país, impossibilitando alternativas resolutivas que em algum momento haviam se posto no interior das fronteiras nacionais. A revolução tecnológica elimina os vestígios de uma lógica do capital (já esgotado havia muitas décadas) que nutria a ilusão da possibilidade de autonomia do capital nacional, que no Brasil se encarnou até na “esquerda”. A via colonial encontra seu fim num processo que significa o fechamento de ciclos que se deram internamente ao país ainda apenas parcialmente inserido nas relações internacionais (em comparação com a globalização) e, no mesmo passo, inviabiliza soluções no âmbito nacional. Trata-se, enfatize-se, do fim de um longo ciclo da história brasileira, no decorrer do qual se cristalizaram determinados aspectos da nossa sociabilidade sem que fossem enfrentados revolucionariamente e que encontraram um encerramento “natural”, coerente com sua existência. Tomar em conta essa nova realidade, afirma Chasin, é imprescindível para compreender o tempo histórico e prospectar o futuro.

Considerações finais

Nos seus aspectos mais gerais, a via colonial de objetivação do capitalismo descoberta por Chasin foi a instituição da economia e da sociedade burguesas que não teve um processo revolucionário por parteiro. Marcada pela grande propriedade rural – já empresarial, de origem colonial –, resistiu ao processo de industrialização, que só se afirmou após muitas intermitências, resistências e recomeços, hípertardamente, em condições de subordinação aos interesses das burguesias dos países centrais, tendo o estado por um dos seus principais agentes e sem nunca se completar totalmente. Tratava-se de um capital *atrófico*, porque incompleto e incompletável, que deixou irresolvidas suas mais elementares questões estruturais, ademais (e em consequência) de nunca romper com sua condição subserviente aos polos hegemônicos da economia internacional.

Ausente a revolução burguesa que instituiu a sociabilidade do capital nos países de via clássica, objetivou-se uma formação que dissociava a evolução nacional (aqui, determinada desde o exterior) do progresso social, quer dizer, em que a sociedade evoluiu e se modernizou sem que sua classe dominante encarnasse o papel de representante universal dos interesses das classes dominadas, enfeitadas e mantidas à margem, excluídas e/ou reprimidas pela violência abertamente bonapartista ou institucionalizada. Na via colonial o progresso só se pôs por meio de acertos e acomodações com os representantes da ordem agroexportadora, instituindo-se um reformismo pelo alto impeditivo de uma hegemonia burguesa em moldes liberal-democráticos, integracionista. Assim, por estas plagas o fenômeno da exclusão social, os graus abissais de desigualdade e a dominação autocrática que frequentemente resvalava para a ditadura não se deviam ao atraso, mas eram uma forma de ser e ir sendo do capital na qual a classe dominante, embrionariamente contrarrevolucionária, abandonou suas tarefas históricas e sujeitou-se docilmente às burguesias estrangeiras. Totalmente dedicada aos próprios interesses mesquinhos, servil às classes dominantes estrangeiras, selvagem com as classes dominadas, a burguesia dominou com mão de ferro “em tempos de guerra” e impôs-se com concessões desconfiadas “em tempos de paz”.

Em síntese, a via colonial

particulariza formações sociais economicamente subordinadas, socialmente inconsistentes e desastrosas, politicamente instáveis em sua natureza autocrática e culturalmente incapacitadas de olhar para si com os próprios olhos e traçar um horizonte para seus dilemas

específicos na universalidade dos impasses mundiais. Sob os influxos e refluxos do capital metropolitano, produzem e reproduzem a miséria de sua incontemporaneidade, armada sobre a *incompletude de seu capital incompletável* e, por isto, sobre a natureza invertebrada de suas categorias sociais dominantes e, por decorrência, sobre a inorganicidade de suas categorias sociais subalternas (CHASIN, 2000, p. 212).

Como a classe dominante não efetivou seu papel histórico, as classes dominadas não puderam concretizar suas próprias tarefas partindo do patamar de um mundo já transformado pela revolução burguesa – a incompletude de classe é a ferida supurante do capital atrofico. Assim, as classes dominadas, superexploradas e reprimidas, e vendo tolhido o conflito que é o demiurgo das classes, não tiveram condições de exercitar sua organização política independente e desenvolver-se teórica e ideologicamente de forma autônoma. Seus representantes teóricos, desatentos às específicas características da nossa sociabilidade, gastaram rios de tinta em querelas abstratas e embrenharam-se pelo cipoal de rematar as tarefas que foram outrora efetivadas pelas burguesias clássicas, fossem elas as econômicas (caso da esquerda tradicional) ou as políticas (caso na esquerda não marxista). Nesse processo, as esquerdas foram se confundindo, cindindo e apequenando até a desapareição. Restam representações que ocupam o arco à esquerda do capital, que na via colonial aparece como radical. Mas, frise-se, para Chasin, a morte da esquerda realmente existente não significa o fim da perspectiva do trabalho.

Até os anos 1990, Chasin afirma que a eliminação pela raiz da miséria brasileira era tarefa dos trabalhadores em geral, então empuxados pelo proletariado industrial. A imensa transformação promovida pela revolução tecnológica e pela globalização, que engolfa (subordinadamente) o capital atrofico, modifica a configuração geral¹³ e reenquadra as possibilidades de cada país. De acordo com Chasin, as economias nacionais têm de se adequar a determinados protocolos do sistema de produção global nos quais estão profunda e desigualmente imersas. No caso brasileiro, isso significa que as inviabilidades típicas da via colonial são transpostas para um quadro de universalização da produção capitalista que é o único no qual poderiam ser solucionadas. Inexequível agora qualquer transformação substancial nos estreitos marcos da nacionalidade; dado o novo patamar de determinação internacional do

¹³ E, nesta, o agente revolucionário deixou de ser a classe operária, ultrapassada com a perda de importância da indústria, cabendo investigar quem é o mais lídimo representante da lógica onívota do trabalho em sua mais nova e revolucionária configuração histórica (cf. CHASIN, 2000).

capital, verifica-se que se encerra todo um período histórico no qual o país poderia ter escolhido o caminho a percorrer, ou a velocidade da marcha, ou ao lado de quem avançaria, ou ainda quem carregaria as tralhas de viagem e quem aproveitaria as delícias da paisagem. Findo o percurso, põe-se, antes de mais, o desafio de entender a nova realidade dada – e de manter a lucidez, ato revolucionário em tempos obscuros.

Do início ao fim de sua vida teórica, Chasin se dedica à crítica – teórica e prática – da sociabilidade brasileira, corrigindo, aprofundando, atualizando, especificando suas reflexões sobre o tema, num processo ininterrupto e infinito de aproximação de um objeto também ele em constante movimento. Importante salientar que, como intentamos demonstrar, ele não faz uma “teoria da história” brasileira, abstrata, mas decanta categorias a partir da própria concretude. Distancia-se dos modelos teórico-metodológicos e típico-ideais, bem como das interpretações que ora destacavam as mazelas internas, ora salientavam a subordinação ao exterior, quebrando a estreita dialética que unia as duas pontas da *miséria brasileira*. Ao se debruçar sobre a realidade brasileira, ele captura – por sobre os caracteres culturais, linguísticos e outros – suas principais determinações sócio-históricas, da produção e reprodução material da vida tal como possível no processo efetivo pelo qual se objetivaram as categorias do capital no contexto sócio-histórico dado no país.

Como o próprio autor frisou, que não se tratava de uma teoria plenamente desenvolvida, mas de uma tematização em processo, que impunha “sucessivas aproximações cada vez mais concretizantes” (CHASIN, 2000, p. 12) – e da qual algumas críticas e caracterizações foram menos desenvolvidas que outras, que restaram, assim, mais abstratas. A colaboração de pesquisadores de áreas diversas havia, inclusive, sido expressada como necessária para o aprofundamento e o desenvolvimento das análises, mas acabou em larga medida não sendo concretizada. Adite-se que, dado o encaminhamento da sociabilidade brasileira (inserida no mundo global) nesses quase 25 anos desde sua morte, é nossa a tarefa – urgente – de avaliar a pertinência, a atualidade e a necessidade de aprofundamento dos diversos elementos de sua análise, cujo rigor, de resto, esperamos ter demonstrado.

Referências bibliográficas

- ASSUNÇÃO, V. N. F. de; MELO, Wanderson F. de; JIMENEZ, Juan Retana. **Pensando o Brasil: bases teóricas para a análise da miséria brasileira. Intérpretes da formação sócio-histórica brasileira no século XX.** São Paulo: Edições Nojosa, 2023.
- CHASIN, J. A politicização da totalidade: oposição e discurso econômico. **Revista Temas**

- de Ciências Humanas, São Paulo, Grijalbo, n. 2, p. 145-78, 1977.
- _____. Sobre o conceito de totalitarismo. **Revista Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, Grijalbo, n. 1, p. 121-34, 1977a.
- _____. Conquistar a democracia pela base. **Revista Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, n. 6, p. 153-75, 1979.
- _____. As máquinas param, germina a democracia! **Escrita/Ensaio**, São Paulo, Ed. Escrita, p. 107-32, 1980.
- _____. Lukács: vivência e reflexão da particularidade. **Ensaio**, São Paulo, Ed. Ensaio, n. 9, p. 55-69, 1982.
- _____. “¿Hasta cuando?” A propósito das eleições de novembro. **Ensaio**, São Paulo, Ed. Escrita, ano IV, n. 10, p. 5-29, 1982.
- _____. Nota do editor. **Revista Ensaio**, São Paulo, Ed. Ensaio, n. 13, 1984.
- _____. A esquerda e a nova república. **Revista Ensaio**. São Paulo, Ensaio, n. 14, 1985.
- _____. A miséria da república dos cruzados. **Revista Ensaio**, São Paulo, Ensaio, n. 15/16, 1986.
- _____. **O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo híper-tardio**. Santo André/Belo Horizonte: Ed. Ensaio/Una Editoria, 1999.
- _____. **A miséria brasileira (1964-1994): do golpe militar à crise social**. Santo André: Ad Hominem, 2000.
- _____. Especial J. Chasin: a determinação ontonegativa da politicidade. **Revista Ensaio Ad Hominem**, Santo André, Estudos e Edições Ad Hominem, n. 1, t. III, 2000a.
- _____. **Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____. Excertos sobre revolução, individuação e emancipação humana. **Verinotio**, Rio das Ostras, v. 23, n. 1, p. 10-105, abr. 2017. Disponível em: <<https://verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/301/289>>.
- _____. Da teoria das abstrações à crítica de Lukács. **Verinotio**, Rio das Ostras, v. 27, n. 1, p. 157-239, jan./jun. 2021. Disponível em: <<https://verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/609/521>>.
- COTRIM, Livia C. A.; RAGO FILHO, Antonio. Em memória de José Chasin: luta pela autenticidade humana. **Crítica Marxista**, São Paulo, Xamã, v. 1, n. 8, 1999. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/nota15Nota2.pdf>.
- RAGO FILHO, Antonio. A teoria da via colonial de objetivação do capital no Brasil: J. Chasin e a crítica ontológica do capital atrofico. **Verinotio – Revista on-line de Educação e Ciências Humanas**, Ano VI, n. 11, abr./2010. Disponível em: <<https://verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/98/88>>.
- _____. “Posfácio”. In: CHASIN, J. **O integralismo de Plínio Salgado**. Santo André/Belo Horizonte: Ad Hominem/Una Editorial, 1999.
- SILVA, Sabina. J. Chasin: para a crítica da razão política. **Ensaio Ad Hominem**, n. 1, t. III, Santo André, Estudos e Edições Ad Hominem, 2000. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/154/144>>.
- VAISMAN, Ester. O projeto Ensaio e um “novo marxismo” brasileiro. **Canal Tinta**

Vermelha, set. 2021. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=LzXhe5tGy_g>.

Como citar:

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. J. Chasin e a via colonial de objetivação do capitalismo: uma reflexão marxista sobre nossa formação sócio-histórica. Verinotio, Rio das Ostras, v. 30, n. 1, pp. 1-39, Edição Especial: *A miséria brasileira*, 2025.